

# *Superior Tribunal de Justiça*

**AgRg no AGRADO EM RECURSO ESPECIAL Nº 84.661 - RS (2011/0202114-0)**

**RELATOR** : **MINISTRO LUIS FELIPE SALOMÃO**  
**AGRAVANTE** : JUCELIA CABRAL  
**ADVOGADO** : ADRIANO SCHERER E OUTRO(S)  
**AGRAVADO** : UNIMED VALE DOS SINOS SOCIEDADE COOPERATIVA DE  
TRABALHO MÉDICO LTDA  
**ADVOGADO** : PAULO ROBERTO DO NASCIMENTO MARTINS E OUTRO(S)

## **EMENTA**

AGRAVO REGIMENTAL NO AGRADO EM RECURSO ESPECIAL. SEGURO SAÚDE. REEMBOLSO DAS DESPESAS MÉDICO-HOSPITALARES. PRESCRIÇÃO ANUAL. SÚM. 83/STJ.

1. A ação de segurado objetivando a cobertura securitária das despesas hospitalares recusada pela seguradora, ou seja, a cobertura da indenização contratada, submete-se a prazo prescricional anual, nos termos do art. 206, § 1º, II, do Código Civil, conforme reiterada jurisprudência desta Corte.
2. Tendo o Tribunal estadual decidido em harmonia com o entendimento do Superior Tribunal de Justiça, incide o óbice contido na Súmula 83/STJ ao conhecimento do recurso.
3. Agravo regimental a que se nega provimento.

## **ACÓRDÃO**

Vistos, relatados e discutidos estes autos, os Ministros da QUARTA Turma do Superior Tribunal de Justiça acordam, na conformidade dos votos e das notas taquigráficas a seguir, por unanimidade, negar provimento ao agravo regimental, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator. Os Srs. Ministros Raul Araújo (Presidente), Maria Isabel Gallotti, Antonio Carlos Ferreira e Marco Buzzi votaram com o Sr. Ministro Relator.

Brasília (DF), 20 de fevereiro de 2014(Data do Julgamento)

**MINISTRO LUIS FELIPE SALOMÃO**

Relator

**AgRg no AGRADO EM RECURSO ESPECIAL Nº 84.661 - RS (2011/0202114-0)**

AGRAVANTE : JUCELIA CABRAL  
ADVOGADO : ADRIANO SCHERER E OUTRO(S)  
AGRAVADO : UNIMED VALE DOS SINOS SOCIEDADE COOPERATIVA DE  
TRABALHO MÉDICO LTDA  
ADVOGADO : PAULO ROBERTO DO NASCIMENTO MARTINS E OUTRO(S)

**RELATÓRIO**

**O SENHOR MINISTRO LUIS FELIPE SALOMÃO (Relator):**

1. Trata-se de agravo regimental interposto por Jucélia Cabral em face da decisão deste relator de fls. 339-400, na qual neguei provimento ao agravo em recurso especial.

Nas razões recursais a recorrente alega que não se está diante de uma seguradora, mas de uma empresa de planos de saúde, com regulamentação específica e que deve ser enquadrada na regra geral de prescrição, ante a ausência de previsão específica no Código Civil para prescrição para ressarcimento de gastos com tais empresas; a autora não possuía seguro saúde, mas plano de saúde, em que paga para obter atendimento e não uma apólice.

Requer o recebimento do presente agravo regimental e reforma da decisão guerreada pela Turma julgadora.

É o relatório.

# Superior Tribunal de Justiça

**AgRg no AGRADO EM RECURSO ESPECIAL Nº 84.661 - RS (2011/0202114-0)**

**RELATOR** : **MINISTRO LUIS FELIPE SALOMÃO**  
**AGRAVANTE** : JUCELIA CABRAL  
**ADVOGADO** : ADRIANO SCHERER E OUTRO(S)  
**AGRAVADO** : UNIMED VALE DOS SINOS SOCIEDADE COOPERATIVA DE TRABALHO MÉDICO LTDA  
**ADVOGADO** : PAULO ROBERTO DO NASCIMENTO MARTINS E OUTRO(S)

## EMENTA

AGRAVO REGIMENTAL NO AGRADO EM RECURSO ESPECIAL. SEGURO SAÚDE. REEMBOLSO DAS DESPESAS MÉDICO-HOSPITALARES. PRESCRIÇÃO ANUAL. SÚM. 83/STJ.

1. A ação de segurado objetivando a cobertura securitária das despesas hospitalares recusada pela seguradora, ou seja, a cobertura da indenização contratada, submete-se a prazo prescricional anual, nos termos do art. 206, § 1º, II, do Código Civil, conforme reiterada jurisprudência desta Corte.
2. Tendo o Tribunal estadual decidido em harmonia com o entendimento do Superior Tribunal de Justiça, incide o óbice contido na Súmula 83/STJ ao conhecimento do recurso.
3. Agravo regimental a que se nega provimento.

## VOTO

**O SENHOR MINISTRO LUIS FELIPE SALOMÃO (Relator):**

2. O recurso não merece ser acolhido.

Com efeito, a parte não trouxe nenhuma argumentação capaz de modificar a conclusão do decisório ora agravado, que merece ser mantido por seus próprios fundamentos. *In verbis*:

"O Tribunal de origem decidiu em sintonia com o entendimento do Superior Tribunal de Justiça, consoante se infere dos seguintes julgados:

INDENIZAÇÃO. SEGURO SAÚDE. DESPESAS HOSPITALARES. COBERTURA RECUSADA PELA SEGURADORA. PRESCRIÇÃO ANUAL.

– Em caso de recusa da seguradora ao pagamento da indenização contratada, o prazo prescricional da ação que a reclama é de um ano, nos termos do art. 178, § 6º, II, do Código Civil de 1916.

– Inaplicável o lapso prescricional de cinco anos, por não se enquadrar a espécie no conceito de "danos causados por fato do produto ou serviço" (acidente de consumo). Precedentes do STJ.

Recurso especial conhecido, em parte, e provido.

(REsp 738.460/RJ, Rel. Ministro BARROS MONTEIRO, QUARTA TURMA,

julgado em 11/10/2005, DJ 05/06/2006, p. 292)

(...)

REGIMENTAL. SEGURO. PRESCRIÇÃO. ÂNUA. PRAZO. ART. 178, § 6º, II, DO CÓDIGO DE VIGILÂNCIA. CDC INAPLICÁVEL.

- A ação de seguro contra seguradora, expõe-se a prescrição anual (Art. 178, § 6º, II, do Código Civil, e não à do Art. 27 do Código de Defesa do Consumidor, que é aplicável às hipóteses de danos decorrentes de vícios ou defeitos na qualidade de produtos ou no fornecimento de serviços (acidentes de consumo).

- Prescreve a ação para complementar indenização securitária, se o segurado, após receber pagamento que reputa incompleto, se manteve inerte, por mais de um ano.

- Para fugir à prescrição, antes de esta se consumir, o autor deve comprovar que cobrou extrajudicialmente o crédito encontrando resistência da devedora. (AgRg no REsp 319.242/RJ, Rel. Min. HUMBERTO GOMES DE BARROS, DJ 27.6.05).

Aplica-se, no caso, a Súmula 83 do STJ.

3. Ante o exposto, nego provimento ao agravo no recurso especial".

3. Ante o exposto, nego provimento ao agravo regimental.

É como voto.

**CERTIDÃO DE JULGAMENTO  
QUARTA TURMA**

Número Registro: 2011/0202114-0      **PROCESSO ELETRÔNICO**      **AgRg no AREsp 84.661 / RS**

Números Origem: 1910800193288 70038697330 70041477852 70042645168 70043970037

EM MESA

JULGADO: 20/02/2014

**Relator**

Exmo. Sr. Ministro **LUIS FELIPE SALOMÃO**

Presidente da Sessão

Exmo. Sr. Ministro **RAUL ARAÚJO**

Subprocurador-Geral da República

Exmo. Sr. Dr. **ANTÔNIO CARLOS PESSOA LINS**

Secretária

Bela. **TERESA HELENA DA ROCHA BASEVI**

**AUTUAÇÃO**

AGRAVANTE : JUCELIA CABRAL  
ADVOGADO : ADRIANO SCHERER E OUTRO(S)  
AGRAVADO : UNIMED VALE DOS SINOS SOCIEDADE COOPERATIVA DE TRABALHO  
MÉDICO LTDA  
ADVOGADO : PAULO ROBERTO DO NASCIMENTO MARTINS E OUTRO(S)

ASSUNTO: DIREITO DO CONSUMIDOR - Contratos de Consumo - Planos de Saúde

**AGRAVO REGIMENTAL**

AGRAVANTE : JUCELIA CABRAL  
ADVOGADO : ADRIANO SCHERER E OUTRO(S)  
AGRAVADO : UNIMED VALE DOS SINOS SOCIEDADE COOPERATIVA DE TRABALHO  
MÉDICO LTDA  
ADVOGADO : PAULO ROBERTO DO NASCIMENTO MARTINS E OUTRO(S)

**CERTIDÃO**

Certifico que a egrégia QUARTA TURMA, ao apreciar o processo em epígrafe na sessão realizada nesta data, proferiu a seguinte decisão:

A Quarta Turma, por unanimidade, negou provimento ao agravo regimental, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator.

Os Srs. Ministros Raul Araújo (Presidente), Maria Isabel Gallotti, Antonio Carlos Ferreira e Marco Buzzi votaram com o Sr. Ministro Relator.